



# LDO2020

Lei de Diretrizes Orçamentária



Prefeito

**José de Souza Machado**

Vice-Prefeito

**Geraldo Vieira da Silva**

SECRETARIA DE GOVERNO

**Josenildo Francisco**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**Davi Alécio Vieira**

SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

**Daniel da Silva Machado**

SECRETARIA DE SAÚDE

**Maria Frascinete Pontes Soares**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**Maria de Lourdes Farias da Costa**

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Karolina da Silva Machado Vasconcelos**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

**José Fernandes dos Santos**

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**Rita de Cássia Alves de Sena**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

**Espedito Rufino dos Santos**

Sertãozinho, 02 de julho de 2019



# SERTÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL

LEINº 345 / 2019, de 02 de julho de 2019

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO, no uso das atribuições legais, propõe o seguinte Projeto de Lei:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas, em cumprimento à Constituição Federal, à Constituição do Estado da Paraíba, à Lei Orgânica do Município de Sertãozinho e ao Plano Plurianual em vigor, sem prejuízo da incidência de demais normas pertinentes, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

- a) as Metas Fiscais;
- b) as prioridades e metas da administração pública municipal direta, indireta e fundacional, bem como as do Poder Legislativo Municipal;
- c) a estrutura e a organização do orçamento do município;
- d) as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- e) as diretrizes gerais para execução e alterações do orçamento do município;
- f) as disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- g) as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- h) as disposições sobre receita e alterações na legislação tributária;
- i) as disposições finais.



**CAPÍTULO II**  
**DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício financeiro de 2020, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº. 495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Parágrafo Único** – São anexos de Metas Fiscais referidos no caput:

**Demonstrativo I** – Metas Anuais

**Demonstrativo II** – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

**Demonstrativo III** – Metas Fiscais Atuais Comparadas Com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

**Demonstrativo IV** – Evolução do Patrimônio Líquido

**Demonstrativo V** – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos Com a Alienação de Ativos

**Demonstrativo VI** – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

**Demonstrativo VII** – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

**Demonstrativo VIII** – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

**Art. 3º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta e da Seguridade Social.

**CAPÍTULO III**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 4º** - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020, estabelecidas no Anexo I desta Lei, incluem investimentos, as atividades de natureza continuada, o RPPS – Regime Próprio de Previdência, a conservação e manutenção do





patrimônio, administrativas e as obrigações constitucionais e legais, e, deverão estar desdobradas em ações, observando os seguintes eixos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do município:

**I. Poder Legislativo**

a) Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas, e melhoria das rotinas de trabalho.

**II. Poder Executivo**

a) A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

b) Conservação, preservação e recuperação do meio ambiente natural: ampliar áreas verdes e espaços livres públicos, universalizar os sistemas de água e esgoto do município e realizar gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos;

c) Educação: ampliação da oferta de ensino, do conhecimento e da inclusão social, qualificar a rede de educação infantil, por meio da ampliação e melhoria das unidades destinadas às crianças de zero a cinco anos, qualificar o ensino fundamental, qualificar a proposta pedagógica, por meio do Plano Municipal de Educação, acelerar o desempenho dos estudantes da rede municipal, promover a excelência e a universalização do ensino público;

d) Saúde: melhorar a qualidade do atendimento e ampliar a rede de saúde, fortalecer a rede de saúde existente, por meio de melhorias na infraestrutura das unidades de atendimento e da capacitação dos profissionais com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população;

e) Assistência Social: promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, fortalecer a rede de assistência, com a manutenção e ampliação do serviço de atendimento e acolhida das pessoas em situação de vulnerabilidade social, e intensificar a política sobre drogas;

f) Esporte e lazer: estimular o uso e a manutenção dos equipamentos esportivos municipais, incentivar as atividades esportivas nas escolas da rede municipal de ensino, garantir a qualidade dos equipamentos de lazer e esportes nos espaços públicos;

g) Direitos humanos: fortalecer as políticas para as mulheres, fortalecer políticas públicas e programas direcionados à igualdade racial, ao idoso, pessoas com deficiência,



# SERTÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL

crianças, adolescentes e jovens, por meio da expansão dos serviços oferecidos por diferentes órgãos da prefeitura;

h) Gestão pública: aprimorar o processo através de diversos canais de comunicação, garantir transparência na divulgação e acesso às informações, otimizar os mecanismos de gestão, dando continuidade ao programa de captação de receitas e controle e redução de despesas;

i) Desenvolvimento econômico: estimular e desenvolver o empreendedorismo, a inovação tecnológica e social, a economia solidária, compartilhada e colaborativa;

j) Valorização da cultura: implementar os mecanismos de incentivo à cultura municipal; promover a identidade e o pertencimento dos cidadãos pela Cidade; incentivar a ocupação dos espaços públicos por diferentes linguagens artísticas e culturais; viabilizar atividades de formação em arte, cultura, gestão e produção cultural; e

k) Melhoria da eficiência e aumento do processo de transparência governamental: fomentar os canais de diálogo com a população.

§ 1º. As prioridades e metas especificadas no Demonstrativo Programático são procedência na alocação de recursos no Orçamento de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. As metas físicas serão indicadas em nível de projetos e atividades.

§ 3º. Na elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 4º. No orçamento para o exercício de 2020, os recursos destinados aos programas sociais deverão ser alocados, prioritariamente para atendimento da população localizada nas áreas de menor índice de desenvolvimento humano, sendo assim priorizada a população carente e de baixa renda do município.

§ 5º. Considera-se programas sociais aqueles destinados à melhoria qualitativa e quantitativa nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, assistência social, habitação, geração de emprego e renda e suplementação alimentar.



**CAPÍTULO IV**  
**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Art. 6º** - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e programática, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial, respectivas metas e valores da despesa por grupo e modalidade de aplicação.

§1º. A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria n.º 42, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14/04/99.

§ 2º. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2019-2021.

§ 3º. Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial n.º 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- a) Pessoal e encargos sociais(1);
- b) juros e encargos da dívida(2);
- c) outras despesas correntes(3);
- d) investimentos(4);
- e) inversões financeiras(5);
- f) amortização da dívida(6).

§ 4º. A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, prevista no art. 8º, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e a Reserva de Contingência, prevista no art. 5º, inciso III da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, serão identificadas, quanto ao grupo de natureza de despesa, pelo código 9.

**Art. 7º** - Para efeito desta Lei, entende-se por:

**I - Programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;





# SERTÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL

**II - Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**III - Projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

**IV - Operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**V - Unidade orçamentária**, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

**Art. 8º** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**Art. 9º** - Cada ação orçamentária deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam e apresentará as dotações orçamentárias, por fontes de recursos, modalidades de aplicação e por grupos de natureza da despesa, conforme classificações da portaria interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

**Art. 10º** - As categorias de programação, de que trata esta Lei, serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

**Art. 11º** - O projeto de Lei Orçamentária anual para o exercício financeiro de 2020 será encaminhado ao Poder Legislativo municipal, até o dia 30 de setembro do corrente ano, de acordo com a Lei Orgânica do Município, e será composto de:

I – texto da lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, IV e § único da Lei n.º 4.320/64;

III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, detalhando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;



IV – discriminação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridadesocial.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

**Art.12º**-O Orçamento do Município para o exercício de 2020 será elaborado visando assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento.

§ 1º. Os processos de elaboração e definição do Projeto de Lei Orçamentária para 2020 e sua respectiva execução deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se dessa forma, o acesso da sociedade às informações relativas a essas etapas.

§ 2º. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse do município, mediante regular processo de consulta.

**Art.13º**-No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício a que se refere.

**Art. 14º** - Na programação, nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

**Parágrafo único** - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**Art.15º**-A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2020, terá como limite máximo, as Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal.

**Art. 16º** - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38 da LRF.





**Art. 17º** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual na programação de despesa não poderá:

**I** – Fixar despesas sem que existam fontes de recursos compatíveis e sem que as unidades executoras sejam instituídas legalmente;

**II** – Incluir projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvadas aqueles que complementem ações específicas;

**III** – Incluir recursos em favor de Clubes e Associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas Creches e Escolas para o atendimento pré-escolar;

**IV** – Consignar dotações para investimentos com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual;

**V** – Consignar dotações para pagamento, a qualquer título, a servidores da administração pública, por Consultoria ou Assistência Técnica, exclusive aqueles custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos de direito público ou privados, nacionais ou internacionais.

**Art. 18º** - A Reserva de Contingência será constituída exclusivamente com recursos do Tesouro – Recursos Ordinários, em montante equivalente a, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento), e no máximo, 3% (três por cento) da receita corrente líquida estimada nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e para a abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/1999, art. 5º. e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º. (art. 5º. III, “b” da LRF).

§ 2º. Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos no caput até 30 de novembro do exercício vigente desta lei, os recursos correspondentes poderão ser destinados à cobertura de créditos suplementares e especiais que necessitem ser abertos para reforço ou inclusão de dotações orçamentárias.

**Art. 19º** - O Poder Executivo Municipal está autorizado a incluir na Lei Orçamentária anual em seus créditos adicionais, dotações a título de auxílio financeiro a pessoas físicas e, de quaisquer recursos do município, para clubes, associações e entidades privadas, sem



# SERTÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL

fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde e educação, ou que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a dotações a título de subvenções sociais.

§ 1º. – A concessão de benefício de que se trata o caput deste artigo, deverá ser definida em lei específica.

§ 2º. – Os recursos destinados à pessoa física, tanto em moeda em corrente como bens materiais, para atender necessidades proeminentes nas áreas de saúde, educação, transporte e de moradia, quando não possível o atendimento por Programas de Governo, estará condicionado à comprovação do reconhecimento de estado de pobreza, na forma da Lei.

§ 3º. – A concessão de benefícios é classificada como:

a) **Contribuições** – dotações destinadas a atender despesas as quais não corresponda contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, bem como as destinadas a atender outras entidades de direito privado, desde que, sejam entidades sem fins lucrativos;

b) **Subvenções sociais** – dotações destinadas a atender despesas de instituições privadas sem fins lucrativos de caráter educacional, cultural, esportiva ou assistencial, inclusive as de assistência à saúde;

c) **Auxílios** – dotação destinada a atender despesas de investimentos e inversões financeiras de entidades privadas sem fins lucrativos de interesse público voltado para área de abrangência social.

§ 4º. – A pessoa jurídica para habilitar-se ao recebimento dos recursos referidos neste artigo, além de cumprir todas as exigências legais, deve apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, tanto por entidades fiscalizadoras quanto reguladoras.

§ 5º. – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pela Secretaria das Finanças Municipais.

§ 6º. – É vedada a destinação de recursos públicos a entidades privadas que estejam com prestações de contas irregulares ou inadimplentes.



**Art. 20º.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, abrangendo, entre outros, os recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, entidades e fundos que, por sua natureza, devam integrar o orçamento.

**Parágrafo único** – Deverão ser discriminados os recursos do município e as transferências de recursos do estado e da União para a execução descentralizada das Ações de Saúde, como já vem sendo executado no âmbito da Administração Municipal.

**Art. 21º** - As emendas apresentadas ao Projeto da Lei Orçamentária anual deverão obedecer ao disposto no artigo 169 e seus parágrafos da Constituição Estadual.

§ 1º. – Fica vedada a apresentação de emendas que impliquem o aumento de despesas sem a estimativa de seu valor e sem a indicação de fontes de recursos.

§ 2º. – A anulação da Reserva de Contingência para atender a emendas não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) do valor consignado no Projeto da Lei Orçamentária para esse fim.

## **CAPÍTULO VI** **DAS DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Art. 22º** - No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, a ser efetivado nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, § 1º, do art. 31, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. Ocorrendo a hipótese definida no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, o montante que lhe caberá tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal/88 fica incluído na limitação prevista no caput deste artigo.





# SERTÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL

**Art. 23º** - A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas em anexo, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

**Art. 24º** - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa.

**Parágrafo único**- A Lei Orçamentária poderá autorizar a abertura de créditos Adicionais Suplementares até o limite de 50% da despesa fixada, em consonância com as disposições contidas no artigo 43 da Lei 4.320/64.

**Art. 25º**- As alterações do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD - nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observado os mesmos grupos de despesa, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação.

**Parágrafo único** - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

**Art. 26º** - A execução orçamentária e financeira da despesa poderá se dar de forma descentralizada atendendo a previsão legal e precedida da designação, por ato do Poder Executivo, do respectivo gestor responsável.

**Art. 27º** - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

**Art. 28º** - Entende-se, para efeito do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, como despesa irrelevante, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993.

**Art. 29º** - A Contadoria Geral do Município, vinculada à Secretaria das Finanças Municipal consolidará, através de sistema integrado, a execução orçamentária, financeira e o controle dos registros patrimoniais de todos os órgãos e entidades vinculadas ao



# SERTÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL

Orçamento do município de SERTÃOZINHO, unificando os procedimentos e normas de Contabilidade e Tesouraria.

**Parágrafo único** – O Poder Legislativo encaminhará a Secretaria das Finanças Municipal, até o dia 20 após o encerramento de cada bimestre, os demonstrativos contábeis para consolidação do Relatório de Execução Orçamentária, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 30º** - Na execução orçamentária para 2020, a apuração dos custos dar-se-á por meio do Sistema de Mensuração de Custos Públicos - SMCP, conforme determina a alínea "e", do inciso I, art. 4º e o §3º do art. 50, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 31º** - A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 10% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, ou até o limite dos créditos destinados a despesas de capital, na forma estabelecida nos artigos 30, 31 e 32 da LRF e Lei nº. 4.320/64.

**Art. 32º** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização legislativa.

**Art. 33º** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira. (art. 31, § 1º, II da LRF).

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS





# SERTÃOZINHO

## PREFEITURA MUNICIPAL

**Art. 34º** - Os Poderes Executivo e Legislativo terão os limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, observados os arts. 19, 20 e 71, da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

**Art. 35º** - Fica excluído da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101, a contratação de hora extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público.

**Art. 36º** - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19º da LC n.º 101/00, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do Art. 169 da CF, preservará os servidores das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

**Art. 37º** - Para fins de atendimento no disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizada a concessão de quaisquer vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, inclusive revisão geral dos vencimentos e proventos dos servidores, criação de cargos, empregos e funções, nomeação de servidor aprovados em concurso público, alterações na estrutura de carreiras do quadro de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo e de suas entidades descentralizadas instituídas e mantidas pelo poder Público Municipal, desde que observadas e obedecidos o disposto nos artigos 19 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### CAPÍTULO IX

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 38º** - A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2020, contemplará as medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipal, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

**Art. 39º** - A estimativa da receita mencionada no artigo anterior será levada em consideração o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para a:

I - Atualização da planta genérica de valores do Município;



II – Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano;

III – Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

IV – Revisão da Legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direito Reais sobre Imóveis;

V – Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição;

VI – Revisão da legislação sobre taxas pelo exercício de polícia;

VII – Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia poderá alcançar montantes dimensionados no anexo de metas fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º - A concessão ou a ampliação de benefícios fiscais somente poderá ocorrer se atendidas as determinações contidas no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º - A parcela da receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de lei orçamentária anual à Câmara, poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## **CAPÍTULO X** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 40º** - A mesa da Câmara Municipal deverá encaminhar ao Poder Executivo Municipal até 31 de julho de 2019, a proposta orçamentária relativa às dotações do Poder Legislativo para o exercício de 2020, observado as disposições do Art. 29-A da Constituição Federal e a previsão da Receita do exercício corrente prevista pelo Poder Executivo.



# SERTÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL

**Art. 41º** - A Procuradoria Geral do Município encaminhará a Secretaria da Finança Municipal, até o dia 01 de julho de 2019, os processos de precatórios judiciais a serem incluídos no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2020.

**Art. 42º** - A Câmara Municipal deverá devolver para a sanção do Prefeito, a Lei Orçamentária Anual com os respectivos autógrafos, até 01 de dezembro do corrente ano, que deverá ser sancionada e publicada até o dia 31 de dezembro.

**Parágrafo único** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

**Art. 43º** - Caso o projeto de lei orçamentária de 2020 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um, doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

**Art. 44º** - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, por grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual.

**Art. 45º** - Serão consideradas legais as despesas com juros e multas pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

**Art. 46º** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 47º** - O Poder Executivo está autorizado a transferir recursos financeiros aos órgãos da administração indireta que participam do orçamento do município.

**Art. 48º** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência ou não do município.



# SERTÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL

**Art. 49º** - O Poder executivo enviará à Câmara Municipal um via impressa e por meio eletrônico o projeto da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 50º** - O Poder executivo divulgará em seu sítio oficial na internet os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei do Orçamento Anual (LOA), além da divulgação de sua execução orçamentária e financeira, através do Portal da Transparência.

**Art. 51º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sertãozinho, em 02 de julho de 2019.

**JOSÉ DE SOUSA MACHADO**  
- PREFEITO -





Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**LEINº 345 / 2019, de 02 de julho de 2019**

**Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO**, no uso das atribuições legais, propõe o seguinte Projeto de Lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas, em cumprimento à Constituição Federal, à Constituição do Estado da Paraíba, à Lei Orgânica do Município de Sertãozinho e ao Plano Plurianual em vigor, sem prejuízo da incidência de demais normas pertinentes, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

- a)** as Metas Fiscais;
- b)** as prioridades e metas da administração pública municipal direta, indireta e fundacional, bem como as do Poder Legislativo Municipal;
- c)** a estrutura e a organização do orçamento do município;
- d)** as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- e)** as diretrizes gerais para execução e alterações do orçamento do município;
- f)** as disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- g)** as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- h)** as disposições sobre receita e alterações na legislação tributária;
- i)** as disposições finais.





Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

## CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

**Art. 2º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício financeiro de 2020, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº. 495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Parágrafo Único** – São anexos de Metas Fiscais referidos no caput:

**Demonstrativo I** – Metas Anuais

**Demonstrativo II** – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

**Demonstrativo III** – Metas Fiscais Atuais Comparadas Com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

**Demonstrativo IV** – Evolução do Patrimônio Líquido

**Demonstrativo V** – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos Com a Alienação de Ativos

**Demonstrativo VI** – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

**Demonstrativo VII** – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

**Demonstrativo VIII** – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

**Art. 3º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta e da Seguridade Social.

## CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Art. 4º** - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020, estabelecidas no Anexo desta Lei, incluem investimentos, as atividades de natureza continuada, o RPPS – Regime Próprio de Previdência, a conservação e manutenção do



Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI Edição – 256 Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO – PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

patrimônio, administrativas e as obrigações constitucionais e legais, e, deverão estar desdobradas em ações, observando os seguintes eixos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do município:

**I. Poder Legislativo**

a) Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas, e melhoria das rotinas de trabalho.

**II. Poder Executivo**

a) A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

b) Conservação, preservação e recuperação do meio ambiente natural: ampliar áreas verdes e espaços livres públicos, universalizar os sistemas de água e esgoto do município e realizar gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos;

c) Educação: ampliação da oferta de ensino, do conhecimento e da inclusão social, qualificar a rede de educação infantil, por meio da ampliação e melhoria das unidades destinadas às crianças de zero a cinco anos, qualificar o ensino fundamental, qualificar a proposta pedagógica, por meio do Plano Municipal de Educação, acelerar o desempenho dos estudantes da rede municipal, promover a excelência e a universalização do ensino público;

d) Saúde: melhorar a qualidade do atendimento e ampliar a rede de saúde, fortalecer a rede de saúde existente, por meio de melhorias na infraestrutura das unidades de atendimento e da capacitação dos profissionais com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população;

e) Assistência Social: promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, fortalecer a rede de assistência, com a manutenção e ampliação do serviço de atendimento e acolhida das pessoas em situação de vulnerabilidade social, e intensificar a política sobre drogas;

f) Esporte e lazer: estimular o uso e a manutenção dos equipamentos esportivos municipais, incentivar as atividades esportivas nas escolas da rede municipal de ensino, garantir a qualidade dos equipamentos de lazer e esportes nos espaços públicos;

g) Direitos humanos: fortalecer as políticas para as mulheres, fortalecer políticas públicas e programas direcionados à igualdade racial, ao idoso, pessoas com deficiência,



Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

crianças, adolescentes e jovens, por meio da expansão dos serviços oferecidos por diferentes órgãos da prefeitura;

h) Gestão pública: aprimorar o processo através de diversos canais de comunicação, garantir transparência na divulgação e acesso às informações, otimizar os mecanismos de gestão, dando continuidade ao programa de captação de receitas e controle e redução de despesas;

i) Desenvolvimento econômico: estimular e desenvolver o empreendedorismo, a inovação tecnológica e social, a economia solidária, compartilhada e colaborativa;

j) Valorização da cultura: implementar os mecanismos de incentivo à cultura municipal; promover a identidade e o pertencimento dos cidadãos pela Cidade; incentivar a ocupação dos espaços públicos por diferentes linguagens artísticas e culturais; viabilizar atividades de formação em arte, cultura, gestão e produção cultural; e

k) Melhoria da eficiência e aumento do processo de transparência governamental: fomentar os canais de diálogo com a população.

§ 1º. As prioridades e metas especificadas no Demonstrativo Programático de despesas procedência na alocação de recursos no Orçamento de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. As metas físicas serão indicadas em nível de projetos e atividades.

§ 3º. Na elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 4º. No orçamento para o exercício de 2020, os recursos destinados aos programas sociais deverão ser alocados, prioritariamente para atendimento da população localizada nas áreas de menor índice de desenvolvimento humano, sendo assim priorizada a população carente e de baixa renda do município.

§ 5º. Considera-se programas sociais aqueles destinados à melhoria qualitativa e quantitativa nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, assistência social, habitação, geração de emprego e renda e suplementação alimentar.





Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

## CAPÍTULO IV

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

**Art. 6º** - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e programática, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial, respectivas metas e valores da despesa por grupo e modalidade de aplicação.

§ 1º. A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria nº 42, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14/04/99.

§ 2º. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2019-2021.

§ 3º. Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- a) Pessoal e encargos sociais(1);
- b) juros e encargos da dívida(2);
- c) outras despesas correntes(3);
- d) investimentos(4);
- e) inversões financeiras(5);
- f) amortização da dívida(6).

§ 4º. A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, prevista no art. 8º, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e a Reserva de Contingência, prevista no art. 5º, inciso III da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, serão identificadas, quanto ao grupo de natureza de despesa, pelo código 9.

**Art. 7º** - Para efeito desta Lei, entende-se por:

**I - Programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;





Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 1111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**II - Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**III - Projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

**IV - Operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**V - Unidade orçamentária**, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

**Art. 8º** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**Art. 9º** - Cada ação orçamentária deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam e apresentará as dotações orçamentárias, por fontes de recursos, modalidades de aplicação e por grupos de natureza da despesa, conforme classificações da portaria interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

**Art. 10º** - As categorias de programação, de que trata esta Lei, serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

**Art. 11º** - O projeto de Lei Orçamentária anual para o exercício financeiro de 2020 será encaminhado ao Poder Legislativo municipal, até o dia 30 de setembro do corrente ano, de acordo com a Lei Orgânica do Município, e será composto de:

I - texto da lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, IV e § único da Lei nº 4.320/64;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, detalhando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;



Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI Edição - 256 Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

IV - discriminação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridadesocial.

## CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

**Art.12º**-OOrçamentodoMunicípioparaoexercíciode2020seráelaborado visando assegurar o controle social e a transparência na execução doorçamento.

§ 1º. Os processos de elaboração e definição do Projeto de Lei Orçamentária para2020esuarespectivaexecuçãodeverãoserrealizadosdemodoaevidenciaratransparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se dessa forma, o acesso da sociedade às informações relativas a essasetapas.

§2º.Seráasseguradaaoscidadãosaparticipaçãonoprocessodeelaboraçãoe fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse do município, mediante regular processo deconsulta.

**Art.13º**-Noprojetodeleiorçamentáriaanual,asreceitaseasdespesasserão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício a que serefere.

**Art. 14º** - Na programação, nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

**Parágrafo único** - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectivaexecução,serãofeitasdeformaapropiciarocontroledoscustosdasaçõeseaavaliação dos resultados dos programas degoverno.

**Art.15º**-Aestimativadereceitadeoperaçõesdecrédito,paraoexercíciode 2020, terá como limite máximo, as Resoluções 40/01 e 43/01, do SenadoFederal.

**Art. 16º** - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38 da LRF.



Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 17º** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual na programação de despesa

não poderá:

**I** - Fixar despesas sem que existam fontes de recursos compatíveis e sem que as unidades executoras sejam instituídas legalmente;

**II** - Incluir projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvadas aqueles que complementem ações específicas;

**III** - Incluir recursos em favor de Clubes e Associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas Creches e Escolas para o atendimento pré-escolar;

**IV** - Consignar dotações para investimentos com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual;

**V** - Consignar dotações para pagamento, a qualquer título, a servidores da administração pública, por Consultoria ou Assistência Técnica, excetuando aqueles custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos de direito público ou privados, nacionais ou internacionais.

**Art. 18º** - A Reserva de Contingência será constituída exclusivamente com recursos do Tesouro - Recursos Ordinários, em montante equivalente a, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento), e no máximo, 3% (três por cento) da receita corrente líquida estimada nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e para a abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/1999, art. 5º. e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º. (art. 5º. III, "b" da LRF).

§ 2º. Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos no caput até 30 de novembro do exercício vigente desta lei, os recursos correspondentes poderão ser destinados à cobertura de créditos suplementares e especiais que necessitem ser abertos para reforço ou inclusão de dotações orçamentárias.

**Art. 19º** - O Poder Executivo Municipal está autorizado a incluir na Lei Orçamentária anual em seus créditos adicionais, dotações a título de auxílio financeiro a pessoas físicas e, de quaisquer recursos do município, para clubes, associações e entidades privadas, sem





Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição – 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO – PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde e educação, ou que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a dotações a título de subvenções sociais.

§ 1º. – A concessão de benefício de que se trata o caput deste artigo, deverá ser definida em lei específica.

§ 2º. – Os recursos destinados à pessoa física, tanto em moeda em corrente como bens materiais, para atender necessidades proeminentes nas áreas de saúde, educação, transporte e de moradia, quando não possível o atendimento por Programas de Governo, estará condicionado à comprovação do reconhecimento de estado de pobreza, na forma da Lei.

§ 3º. – A concessão de benefícios é classificada como:

a) **Contribuições** – dotações destinadas a atender despesas as quais não corresponda contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, bem como as destinadas a atender outras entidades de direito privado, desde que, sejam entidades sem fins lucrativos;

b) **Subvenções sociais** – dotações destinadas a atender despesas de instituições privadas sem fins lucrativos de caráter educacional, cultural, esportivo ou assistencial, inclusive as de assistência à saúde;

c) **Auxílios** – dotação destinada a atender despesas de investimentos e inversões financeiras de entidades privadas sem fins lucrativos de interesse público voltado para área de abrangência social.

§ 4º. – A pessoa jurídica para habilitar-se ao recebimento dos recursos referidos neste artigo, além do cumprimento das exigências legais, deve apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, tanto por entidades fiscalizadoras quanto reguladoras.

§ 5º. – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pela Secretaria das Finanças Municipais.

§ 6º. – É vedada a destinação de recursos públicos a entidades privadas que estejam com prestações de contas irregulares ou inadimplentes.





Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 20º.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, abrangendo, entre outros, os recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, entidades e fundos que, por sua natureza, devam integrar o orçamento.

**Parágrafo único** – Deverão ser discriminados os recursos do município e as transferências de recursos do estado e da União para a execução descentralizada das Ações de Saúde, como já vem sendo executado no âmbito da Administração Municipal.

**Art. 21º** - As emendas apresentadas ao Projeto da Lei Orçamentária anual deverão obedecer ao disposto no artigo 169 e seus parágrafos da Constituição Estadual.

§ 1º. – Fica vedada a apresentação de emendas que impliquem o aumento de despesas sem a estimativa de seu valor e sem a indicação de fontes de recursos.

§ 2º. – A anulação da Reserva de Contingência para atender a emendas não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) do valor consignado no Projeto da Lei Orçamentária para esse fim.

## CAPÍTULO VI DAS DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO

**Art. 22º** - No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, a ser efetivado nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, § 1º, do art. 31, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. Ocorrendo a hipótese definida no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, o montante que lhe caberá tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal/88 fica incluído na limitação prevista no caput deste artigo.



Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 23º** - A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas em anexo, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

**Art. 24º** - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa.

**Parágrafo único** - A Lei Orçamentária poderá autorizar a abertura de créditos Adicionais Suplementares até o limite de 50% da despesa fixada, em consonância com as disposições contidas no artigo 43 da Lei 4.320/64.

**Art. 25º** - As alterações do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD - nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observado os mesmos grupos de despesa, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação.

**Parágrafo único** - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

**Art. 26º** - A execução orçamentária e financeira da despesa poderá se dar de forma descentralizada atendendo a previsão legal e precedida da designação, por ato do Poder Executivo, do respectivo gestor responsável.

**Art. 27º** - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

**Art. 28º** - Entende-se, para efeito do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, como despesa irrelevante, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993.

**Art. 29º** - A Contadoria Geral do Município, vinculada à Secretaria das Finanças Municipal consolidará, através de sistema integrado, a execução orçamentária, financeira e o controle dos registros patrimoniais de todos os órgãos e entidades vinculadas ao



Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Orçamento do município de SERTÃOZINHO, unificando os procedimentos e normas de Contabilidade e Tesouraria.

**Parágrafo único** – O Poder Legislativo encaminhará a Secretaria das Finanças Municipal, até o dia 20 após o encerramento de cada bimestre, os demonstrativos contábeis para consolidação do Relatório de Execução Orçamentária, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art.30º**-Naexecuçãoorçamentáriapara2020,aapuração dos custos dar-se-á por meio do Sistema de Mensuração de Custos Públicos - SMCP, conforme determina a alínea "e", do inciso I, art. 4º e o §3º do art. 50, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 31º** - A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 10% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, ou até o limite dos créditos destinados a despesas de capital, na forma estabelecida nos artigos 30, 31 e 32 da LRF e Lei nº. 4.320/64.

**Art. 32º** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização legislativa.

**Art. 33º** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinentee enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira. (art. 31, § 1º., II da LRF).

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS





Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 34º** - Os Poderes Executivo e Legislativo terão os limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, observados os arts. 19, 20 e 71, da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

**Art. 35º** - Fica excluído da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101, a contratação de hora extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público.

**Art. 36º** - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19º da LC n.º 101/00, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do Art. 169 da CF, preservará os servidores das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

**Art. 37º** - Para fins de atendimento no disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizada a concessão de quaisquer vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, inclusive revisão geral dos vencimentos e proventos dos servidores, criação de cargos, empregos e funções, nomeação de servidor aprovados em concurso público, alterações na estrutura de carreiras do quadro de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo e de suas entidades descentralizadas instituídas e mantidas pelo poder Público Municipal, desde que observadas e obedecidos o disposto nos artigos 19 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES SOBRE RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 38º** - A estimativa da receita que constar do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2020, contemplará as medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipal, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

**Art. 39º** - A estimativa da receita mencionada no artigo anterior será levada em consideração o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para a:

I - Atualização da planta genérica de valores do Município;





Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

II – Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano;

III – Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

IV – Revisão da Legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direito Reais sobre Imóveis;

V – Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição;

VI – Revisão da legislação sobre taxas pelo exercício de polícia;

VII – Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia poderá alcançar montantes dimensionados no anexo de metas fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º - A concessão ou a ampliação de benefícios fiscais somente poderá ocorrer se atendidas as determinações contidas no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º - A parcela da receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de lei orçamentária anual à Câmara, poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 40º** - A mesa da Câmara Municipal deverá encaminhar ao Poder Executivo Municipal até 31 de julho de 2019, a proposta orçamentária relativa às dotações do Poder Legislativo para o exercício de 2020, observado as disposições do Art. 29-A da Constituição Federal e a previsão da Receita do exercício corrente prevista pelo Poder Executivo.



Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 41º** - A Procuradoria Geral do Município encaminhará a Secretaria da Finança Municipal, até o dia 01 de julho de 2019, os processos de precatórios judiciais a serem incluídos no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2020.

**Art. 42º** - A Câmara Municipal deverá devolver para a sanção do Prefeito, a Lei Orçamentária Anual com os respectivos autógrafos, até 01 de dezembro corrente ano, que deverá ser sancionada e publicada até o dia 31 de dezembro.

**Parágrafo único** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

**Art. 43º** - Caso o projeto de lei orçamentária de 2020 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um, doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

**Art. 44º** - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, por grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual.

**Art. 45º** - Serão consideradas legais as despesas com juros e multas pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

**Art. 46º** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 47º** - O Poder Executivo está autorizado a transferir recursos financeiros aos órgãos da administração indireta que participam do orçamento do município.

**Art. 48º** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência ou não do município.



Estado da Paraíba  
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
DIÁRIO OFICIAL

Ano XXI

Edição - 256

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 02 de julho de 2019

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 49º** - O Poder executivo enviará à Câmara Municipal um via impressa e por meio eletrônico o projeto da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 50º** - O Poder executivo divulgará em seu sítio oficial na internet os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei do Orçamento Anual (LOA), além da divulgação de sua execução orçamentária e financeira, através do Portal da Transparência.

**Art. 51º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sertãozinho, em 02 de julho de 2019.

  
**JOSÉ DE SOUSA MACHADO**  
- PREFEITO -





Lei 345/2019

## ANEXO DAS PRIORIDADES E METAS

### Ação (Projeto/Atividade)

- 1001 Modernização da Infraestrutura Administrativa da Câmara Municipal
- 1003 Reforma e/ou Ampliação de Unidades Escolares
- 1006 Construção de Unidades de Educação Infantil
- 1008 Pavimentação de Vias Públicas
- 1009 Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios Públicos
- 1010 Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos para a Infraestrutura
- 1012 Construção, Ampliação e/ou Revitalização de Praças e Logradouros Públicos
- 1014 Desapropriação de Imóveis para fins de Utilidade Pública e Social
- 1015 Implantação do Sistema de Abastecimento D'água
- 1016 Perfuração e Instalação de Poços
- 1017 Construção e Revitalização de Açudes, Barreiros e Barragens Subterrâneas
- 1018 Construção de Cisternas
- 1022 Implantação do Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos - Aterro Sanitário
- 1023 Construção e Implantação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
- 1024 Construção, reforma e/ou restauração de Unidades Habitacionais
- 1028 Aquisição de Veículo para Saúde
- 1029 Construção de Unidade Básica de Saúde e Policlínica
- 1030 Melhoria das Instalações, Equipamentos e Mobiliário da Rede Municipal de Saúde
- 1031 Ampliação e Recuperação de Unidades de Saúde
- 1032 Construção e/ou Ampliação do Polo de Academia da Saúde
- 1033 Reforma e/ou Ampliação do Cemitério Público
- 2001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo
- 2002 Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo
- 2003 Veiculação das Ações do Governo Municipal
- 2004 Fomento do Controle Social e da Transparência Pública
- 2005 Publicação e Divulgação de Atos Oficiais e Legais
- 2006 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
- 2007 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
- 2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças e Planejamento
- 2009 Manutenção dos Encargos Previdenciários e Contributivos
- 2010 Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
- 2011 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
- 2012 Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Lazer
- 2013 Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social
- 2014 Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura
- 2015 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Educação
- 2016 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde
- 2017 Capacitação e Formação dos Servidores Municipais



## ANEXO DAS PRIORIDADES E METAS

### (Projeto/Atividade)

- 127 Manutenção de Outros Programas Educacionais - MEC/FNDE
- 128 Aquisição e Distribuição de Material Escolar
- 129 Manutenção da Merenda Escolar
- 130 Aquisição e Distribuição de Fardamento Escolar
- 131 Concessão de outro benefícios e incentivos aos estudantes
- 132 Manutenção das Vias Urbanas
- 33 Conservação e Melhoria das Estradas Vicinais
- 34 Assistência a Pequenos Agricultores
- 35 Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos - CONSIRES
- 36 Manutenção da Limpeza Pública
- 37 Construção de Galpão para Manejo de Resíduos Sólidos
- 38 Implantação de Manutenção de Políticas Públicas para as Mulheres
- 39 Implantação e Manutenção do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo
- 41 Manutenção do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional
- 42 Concessão de Benefícios Eventuais de Assistência Social
- 43 Desenvolvimento das Ações de Proteção Social Básica - SCFV/PAIF/CRAS
- 44 Aprimoramento da Gestão do SUAS / IGD SUAS
- 45 Gestão do Programa BOLSA FAMÍLIA - IGD/PBF
- 46 Promoção da Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz
- 47 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
- 48 Manutenção de Outros Programas do FNAS
- 49 Manutenção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
- 50 Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
- 51 Elaboração de Estudos e Projetos
- 52 Modernização da Infraestrutura Administrativa
- 53 Incentivo à Produção de Atividades Artísticas e Culturais
- 54 Promoção de Eventos e Festividades Culturais e Folclóricas
- 55 Incentivo e Promoção das Atividades Esportivas
- 56 Realização de Eventos Esportivos
- 57 Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica
- 58 Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários da Saúde - ACS/PAB
- 59 Manutenção das Atividades das Academias da Saúde - ACAD/PAB
- 60 Manutenção das Atividades do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF/PAB
- 61 Manutenção das Atividades da Saúde Bucal - SB/PAB
- 62 Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família - PSF/PAB
- 63 Manutenção das Atividades de Outros Programas de Atenção Básica - PAB
- 64 Manter os Serviços da Central de Regulação e o Transporte Sanitário Eletivo
- 65 Manutenção das Atividades das Vigilâncias em Saúde
- 66 Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

**Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
ANO DE REFERÊNCIA - 2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	30.000,00		
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência.	70.000,00
Avais e Garantias Concedidas	-		
Assunção de Passivos	50.000,00		
Assistências Diversas	10.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação de despesas discricionárias.	115.000,00
Outros Passivos Contingentes	110.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>200.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>185.000,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	85.000,00		
Restituição de Tributos a Maior	-		
Discrepância de Projeções:	60.000,00	Limitação de Empenhos	190.000,00
Outros Riscos Fiscais	30.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>175.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>190.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>375.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>375.000,00</b>

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

**Tabela 2 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS**



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
ANO DE REFERÊNCIA - 2020

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a / PIB) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b / PIB) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%PIB (c / PIB) x100			
	R\$ 1,00				R\$ 1,00				R\$ 1,00			
Receita Total	23.970.000,00	22.613.207,55	-	25.121.000,00	22.252.635,31	-	26.513.000,00	22.051.900,52	-			
Receitas Primárias (I)	22.994.000,00	21.692.452,83	-	24.069.000,00	21.320.754,72	-	25.328.000,00	21.066.289,61	-			
Despesa Total	23.970.000,00	22.613.207,55	-	25.121.000,00	22.252.635,31	-	26.513.000,00	22.051.900,52	-			
Despesas Primárias (II)	23.660.000,00	22.320.754,72	-	24.651.000,00	21.836.300,82	-	25.863.000,00	21.511.270,07	-			
Resultado Primário (III) = (I - II)	(666.000,00)	(628.301,89)	-	(582.000,00)	(515.546,11)	-	(535.000,00)	(444.980,45)	-			
Resultado Nominal	(389.912,11)	(367.841,61)	-	(618.435,58)	(547.821,40)	-	(440.817,17)	(366.644,91)	-			
Dívida Pública Consolidada	2.241.308,77	2.114.442,24	-	1.837.873,19	1.628.021,25	-	1.507.056,02	1.253.477,52	-			
Dívida Consolidada Líquida	(6.908.691,23)	(6.517.633,24)	-	(7.527.126,81)	(6.667.664,81)	-	(7.967.943,98)	(6.627.251,09)	-			

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

Variáveis	2020		2021		2022	
	2020	2021	2021	2022	2022	2022
PIB real (crescimento % anual)	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	2,78	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	7,50	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Inflação Média (%anual) projetada com base em Índice oficial de inflação	3,75	3,8	3,8	3,8	3,85	3,85
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	4,0%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%
Projeção do PIB do Estado - R\$ bilhões	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO	NÃO DIVULGADO

Fonte: Grade de Parâmetros de 12/03/2018, Secretaria de Política Econômica/Ministério da Fazenda. (Projeto LDO 2019 - União)

Nota: De acordo com o MDF aprovado pela Portaria 403, de 28/06/2016, para os Municípios as colunas PIB real e Projeção do PIB do Estado são opcionais, podendo ser apresentado em relação ao valor projetado do PIB dos respectivos Estados, até um milésimo por cento (0,001%).

Até a presente data, não foi divulgado a projeção do PIB pelo Estado da Paraíba. (<http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib>)

Nota: Índice para Deflação:

	2020	2021	2022
Índice para Deflação	1,0400	1,079	1,1195



**Tabela 3 - DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
ANO DE REFERÊNCIA - 2020

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Variação		R\$1,00
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	17.961.986,70		17.961.986,70		-		0,00
Receitas Primárias (I)	15.235.158,52		17.159.356,70		1.924.198,18		12,63
Despesa Total	16.614.598,64		16.614.598,64		-		0,00
Despesas Primárias (II)	14.794.230,69		16.469.942,43		1.675.711,74		11,33
Resultado Primário (III) = (I-II)	440.927,83		689.414,27		248.486,44		56,36
Resultado Nominal	(9.599.800,44)		(1.689.550,42)		7.910.250,02		-468,19
Dívida Pública Consolidada	1.760.751,14		2.968.357,89		1.207.606,75		40,68
Dívida Consolidada Líquida	(6.548.553,04)		(8.238.103,46)		(1.689.550,42)		20,51

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2018

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2018	Não divulgado
Valor efetivo do PIB Estadual em 2018	Não divulgado

Nota:

Até a presente data, não foi divulgado a projeção do PIB pelo Estado da Paraíba. (<http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib>)

**Tabela 4 - DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
ANO DE REFERÊNCIA - 2020

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, incisoII)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$1,00		
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%		%
Receita Total	16.187.802,52	17.961.986,70	10,96%	23.110.000,00	28,66%	23.970.000,00	3,72%	25.121.000,00	4,80%	26.513.000,00	5,54%		
Receitas Primárias (I)	15.235.158,52	17.159.356,70	12,63%	22.160.000,00	29,14%	22.994.000,00	3,76%	24.069.000,00	4,68%	25.328.000,00	5,23%		
Despesa Total	14.875.842,16	16.614.598,64	11,69%	23.110.000,00	39,09%	23.970.000,00	3,72%	25.121.000,00	4,80%	26.513.000,00	5,54%		
Despesas Primárias (II)	14.794.230,69	16.469.942,43	11,33%	22.770.000,00	38,25%	23.660.000,00	3,91%	24.651.000,00	4,19%	25.863.000,00	4,92%		
Resultado Primário (III) = (I - II)	440.927,83	689.414,27	56,36%	(610.000,00)	-188,48%	(666.000,00)	9,18%	(582.000,00)	-12,61%	(535.000,00)	-8,08%		
Resultado Nominal	(9.599.800,44)	(1.689.550,42)	-82,40%	1.719.324,34	-201,76%	(389.912,11)	-122,68%	(618.435,58)	58,61%	(440.817,17)	-28,72%		
Dívida Pública Consolidada	1.760.751,14	2.968.357,89	68,58%	2.501.220,88	-15,74%	2.241.308,77	-10,39%	1.837.873,19	-18,00%	1.507.056,02	-18,00%		
Dívida Consolidada Líquida	(6.548.553,04)	(8.238.103,46)	25,80%	(6.518.779,12)	-20,87%	(6.908.691,23)	5,98%	(7.527.126,81)	8,95%	(7.967.943,98)	5,86%		

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$1,00		
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%		%
Receita Total	14.475.366,65	17.025.579,81	17,62%	23.110.000,00	35,74%	22.613.207,55	-2,15%	22.252.635,31	-1,59%	22.051.900,52	-0,90%		
Receitas Primárias (I)	13.623.498,63	16.264.793,08	19,39%	22.160.000,00	36,25%	21.692.452,83	-2,11%	21.320.754,72	-1,71%	21.066.289,61	-1,19%		
Despesa Total	13.302.192,76	15.748.434,73	18,39%	23.110.000,00	46,74%	22.613.207,55	-2,15%	22.252.635,31	-1,59%	22.051.900,52	-0,90%		
Despesas Primárias (II)	13.229.214,60	15.611.319,84	18,01%	22.770.000,00	45,86%	22.320.754,72	-1,97%	21.836.300,82	-2,17%	21.511.270,07	-1,49%		
Resultado Primário (III) = (I - II)	394.284,03	653.473,24	65,74%	(610.000,00)	-193,35%	(628.301,89)	3,00%	(515.546,11)	-17,95%	(444.980,45)	-13,69%		
Resultado Nominal	(8.584.280,10)	(1.601.469,59)	-81,34%	1.719.324,34	-207,36%	(367.841,61)	-121,39%	(547.821,40)	48,93%	(366.644,91)	-33,07%		
Dívida Pública Consolidada	1.574.489,08	2.813.609,37	78,70%	2.501.220,88	-11,10%	2.114.442,24	-15,46%	1.628.021,25	-23,00%	1.253.477,52	-23,01%		
Dívida Consolidada Líquida	(5.855.810,64)	(7.808.628,87)	33,35%	(6.518.779,12)	-16,52%	(6.517.633,24)	-0,02%	(6.667.664,81)	2,30%	(6.627.251,09)	-0,61%		

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

ÍNDICE DE INFLAÇÃO				
2017	2018	2019	2020	2022
5,00	5,00	5,00	4,00	3,75
Valor Corrente X	Valor Corrente X	Valor Corrente X	Valor Corrente X	Valor Corrente X
1,05	1,050	1,05	1,092	1,175
			1,133	

\* Inflação média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE

**Tabela 5 - DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
ANO DE REFERÊNCIA - 2020

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)		R\$1,00				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2018	%	2017	2016	%
Patrimônio/Capital		2.692.167,66	100,00	2.131.555,10	2.760.791,28	100,00
Reservas						100,00
Resultado Acumulado						
<b>TOTAL</b>		<b>2.692.167,66</b>	<b>100,00</b>	<b>2.131.555,10</b>	<b>2.760.791,28</b>	<b>100,00</b>
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2018	%	2017	2016	%
Patrimônio		(14.763.522,24)	100,00	(12.502.386,92)	7.655.299,34	100,00
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
<b>TOTAL</b>		<b>(14.763.522,24)</b>	<b>100,00</b>	<b>(12.502.386,92)</b>	<b>7.655.299,34</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Secretaria de Orçamento e Finanças (PCA 2016 a 2018)



**Tabela 6 - DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
 ANO DE REFERÊNCIA - 2020

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

	R\$1,00		
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>			
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	2018 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2017 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2016 (i) = (Ic - II f)
<b>VALOR (III)</b>	-	-	-

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Nota: Não houve alienação de ativos.

**Tabela 7 - DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**



**MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ANO DE REFERÊNCIA - 2020**

AMF-DemonstrativoVI(LRF,art.4º,§2º,incisoIV,alínea"a")

RS 1,00

<u>RECEITAS</u>	2016	2017	2018
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	996.894,30	1.637.975,89	1.400.149,11
Receita de Contribuições dos Segurados	996.894,30	1.637.975,89	1.400.149,11
Pessoal Civil			
Pessoal Militar	410.816,65	590.849,39	589.030,40
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial	59.396,76	-	-
Receita de Serviços	526.680,89	1.047.126,50	811.118,71
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	554.870,10	702.788,65	887.467,07
Receita de Contribuições	554.870,10	702.788,65	887.467,07
Patronal	554.870,10	702.788,65	887.467,07
Pessoal Civil			
Pessoal Militar	527.978,98	696.065,87	793.883,59
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos	26.891,12	6.722,78	93.583,48
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	1.551.764,40	2.340.764,54	2.287.616,18
<b>DESPESAS</b>			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	524.454,27	678.472,54	849.803,23
Despesas Correntes	79.287,24	95.903,86	112.423,95
Despesas de Capital	75.221,24	95.903,86	107.193,95
<b>PREVIDÊNCIA</b>	406,00	-	5.230,00
Pessoal Civil	445.167,03	582.568,68	737.379,28
Pessoal Militar	410.687,61	548.997,89	469.546,54
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	34.479,42	33.570,79	267.832,74
Demais Despesas Previdenciárias	410.687,61	266.562,07	267.832,74
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	524.454,27	678.472,54	849.803,23
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	1.027.310,13	1.662.292,00	1.437.812,95
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>			
<b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento (RREO 6.BIM/2018, RREO 6.BIM/2017 e RREO 6.BIM/2016)

Tabela 8 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ANO DE REFERÊNCIA - 2020

AMF—Demonstrativo VI(LRF,art.4º,§2º,incisoIV,alínea“a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DOEXERCÍCIO (d) = (dExercício anterior) + (c)
2018	2.194.032,70	849.803,23	1.344.229,47	10.360.213,55
2019	2.177.818,26	942.496,53	1.235.321,73	11.595.535,28
2020	2.418.348,97	1.363.829,03	1.054.519,94	12.650.055,22
2021	2.664.487,55	1.473.301,82	1.191.185,73	13.841.240,95
2022	2.919.523,60	1.588.629,46	1.330.894,14	15.172.135,09
2023	3.178.842,43	1.757.749,74	1.421.092,69	16.593.227,78
2024	3.445.755,33	1.906.106,22	1.539.649,11	18.132.876,89
2025	3.717.253,98	2.063.310,51	1.653.943,47	19.786.820,36
2026	4.003.437,75	2.190.470,08	1.812.967,67	21.599.788,03
2027	4.297.444,53	2.307.810,63	1.989.633,90	23.589.421,93
2028	4.584.029,64	2.564.835,82	2.019.193,82	25.608.615,75
2029	4.869.137,63	2.829.120,72	2.040.016,91	27.648.632,66
2030	5.175.561,39	2.938.622,17	2.236.939,22	29.885.571,88
2031	5.482.504,77	3.233.637,06	2.248.867,71	32.134.439,59
2032	5.785.180,07	3.467.374,82	2.317.805,25	34.452.244,84
2033	6.115.009,65	3.522.056,29	2.592.953,36	37.045.198,20
2034	6.215.010,53	3.882.376,74	2.332.633,79	39.377.831,99
2035	6.282.623,80	4.031.071,96	2.251.551,84	41.629.383,83
2036	6.439.048,81	4.138.284,16	2.300.764,65	43.930.148,48
2037	6.579.527,39	4.347.907,78	2.231.619,61	46.161.768,09
2038	6.688.772,60	4.555.044,82	2.133.727,78	48.295.495,87
2039	6.825.462,78	4.679.304,19	2.146.158,59	50.441.654,46
2040	6.960.187,02	4.744.436,72	2.215.750,30	52.657.404,76
2041	7.098.638,15	4.910.990,10	2.187.648,05	54.845.052,81
2042	7.236.182,55	5.102.124,45	2.134.058,10	56.979.110,91
2043	7.352.039,32	5.191.222,85	2.160.816,47	59.139.927,38
2044	7.474.968,02	5.404.905,84	2.070.062,18	61.209.989,56
2045	7.611.183,65	5.429.803,84	2.181.379,81	63.391.369,37
2046	5.224.865,73	5.520.275,03	295.409,30	63.095.960,07
2047	5.214.771,08	5.555.184,71	340.413,63	62.755.546,44
2048	5.208.246,96	5.652.773,59	444.526,63	62.311.019,81
2049	5.184.091,83	5.638.929,81	454.837,98	61.856.181,83
2050	5.171.713,09	5.607.023,90	435.310,81	61.420.871,02
2051	5.156.164,91	5.619.409,39	463.244,48	60.957.626,54
2052	5.146.406,08	5.688.016,94	541.610,86	60.416.015,68
2053	5.119.884,43	5.645.523,02	525.638,59	59.890.377,09
2054	5.105.506,09	5.668.813,40	563.307,31	59.327.069,78
2055	5.079.260,67	5.601.962,56	522.701,89	58.804.367,89
2056	5.062.906,41	5.598.481,05	535.574,64	58.268.793,25
2057	5.039.126,33	5.548.582,49	509.456,16	57.759.337,09
2058	5.026.831,54	5.550.618,58	523.787,04	57.235.550,05
2059	4.997.366,02	5.490.712,08	493.346,06	56.742.203,99
2060	4.990.823,16	5.522.524,98	531.701,82	56.210.502,17
2061	4.962.259,81	5.446.351,45	484.091,64	55.726.410,53
2062	4.950.898,17	5.439.082,87	488.184,70	55.238.225,83



Tabela 8 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAFISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (dExercicio anterior) + (c)
2063	4.929.739,93	5.390.039,17	-	54.777.926,59
2064	4.916.443,26	5.400.263,66	-	54.294.106,19
2065	4.890.504,26	5.323.287,22	-	53.861.323,23
2066	4.886.727,18	5.376.879,48	-	53.371.170,93
2067	4.849.811,04	5.257.357,46	-	52.963.624,51
2068	4.832.254,09	5.152.698,53	-	52.643.180,07
2069	4.818.486,40	5.039.629,32	-	52.422.037,15
2070	4.816.425,04	4.988.110,38	-	52.250.351,81
2071	4.807.354,63	4.871.046,35	-	52.186.660,09
2072	4.816.467,58	4.825.510,90	-	52.177.616,77
2073	4.815.143,06	4.720.906,96	-	52.271.852,87
2074	4.823.927,03	4.621.425,22	-	52.474.354,68
2075	4.839.923,99	4.530.069,94	-	52.784.208,73
2076	4.864.623,24	4.461.192,41	-	53.187.639,56
2077	4.892.810,28	4.400.865,55	-	53.679.584,29
2078	4.929.036,62	4.363.762,73	-	54.244.858,18
2079	4.959.995,07	4.289.271,24	-	54.915.582,01
2080	5.004.987,86	4.243.946,40	-	55.676.623,47
2081	5.046.334,24	4.161.635,05	-	56.561.322,66
2082	5.098.445,91	4.087.656,45	-	57.572.112,12
2083	5.161.226,30	4.019.452,56	-	58.713.885,86
2084	5.230.223,48	3.956.173,06	-	59.987.936,28
2085	5.302.877,99	3.892.951,29	-	61.397.862,98
2086	5.388.664,57	3.847.064,65	-	62.939.462,90
2087	5.478.935,24	3.794.400,87	-	64.623.997,27
2088	5.576.580,74	3.737.898,80	-	66.462.679,21
2089	5.683.108,17	3.677.139,23	-	68.468.648,15
2090	5.797.875,13	3.623.792,99	-	70.642.730,29
2091	5.925.452,54	3.581.306,08	-	72.986.876,75
2092	6.062.929,16	3.535.799,62	-	75.514.006,29
2093	6.204.982,57	3.484.033,47	-	78.234.955,39

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Nota: Plano Atuarial para os exercícios de 2019.

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
ANO DE REFERÊNCIA - 2020

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISITA			COMPENSAÇÃO	R\$1,00
			2020	2021	2022		
<b>TOTAL</b>							

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento

Nota: Nada a declarar

**Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
ANO DE REFERÊNCIA - 2020

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	EVENTOS	Valor Previsto para 2020	R\$1,00
	Aumento Permanente da Receita		145.000,00
	(-) Transferências Constitucionais		-
	(-) Transferências ao FUNDEB		29.000,00
	Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		116.000,00
	Redução Permanente de Despesa (II)		
	Margem Bruta (III) = (I+II)		116.000,00
	Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		-
	Novas DOCC		
	Novas DOCC geradas por PPP		
	Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		116.000,00

FONTE: Secretaria de Finanças e Planejamento





ESTADO DA PARAIBA  
**Prefeitura Municipal de Sertãozinho**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
I - RECEITAS  
Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	17.759.529,45	19.586.342,70	23.398.500,00	24.294.000,00	25.442.000,00	26.739.000,00			
Receita Tributária	163.920,47	306.789,40	455.900,00	474.000,00	477.000,00	517.000,00			
Impostos	148.295,91	301.610,57	442.100,00	459.700,00	462.000,00	498.000,00			
Taxas	15.624,56	5.178,83	13.800,00	14.300,00	15.000,00	19.000,00			
Receita de Contribuições	1.131.404,81	1.382.915,91	1.564.100,00	1.596.000,00	1.670.000,00	1.710.000,00			
Receita Patrimonial	1.052.813,39	848.097,65	990.900,00	1.014.000,00	1.064.000,00	1.210.000,00			
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-			
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-			
Transferências Correntes	15.390.258,89	17.031.496,26	20.334.100,00	21.210.000,00	22.231.000,00	23.302.000,00			
Transferências Intergovernamentais	12.377.921,99	13.285.972,88	16.583.200,00	17.245.000,00	17.866.000,00	18.495.000,00			
Transferências da União	10.414.824,70	11.019.205,35	14.010.200,00	14.570.000,00	15.108.000,00	15.505.000,00			
Transferências do Estado	1.963.097,29	2.266.767,53	2.573.000,00	2.675.000,00	2.758.000,00	2.990.000,00			
Transferências Multigovernamentais	3.012.336,90	3.745.523,38	3.750.900,00	3.900.000,00	4.295.000,00	4.732.000,00			
Outras Receitas Correntes	21.131,89	17.043,48	53.500,00	65.000,00	70.000,00	75.000,00			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	342.445,00	416.508,48	2.254.000,00	2.320.000,00	2.410.000,00	2.565.000,00			
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-			
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-			
Alienações de Bens	-	-	54.000,00	60.000,00	60.000,00	65.000,00			
Transferências de Convênios	342.445,00	416.508,48	2.200.000,00	2.260.000,00	2.350.000,00	2.500.000,00			
(-) Receitas Redutoras - FUNDEB	(1.914.171,93)	(2.040.864,48)	(2.542.500,00)	(2.644.000,00)	(2.731.000,00)	(2.791.000,00)			
<b>TOTAL</b>	<b>16.187.802,52</b>	<b>17.961.986,70</b>	<b>23.110.000,00</b>	<b>23.970.000,00</b>	<b>25.121.000,00</b>	<b>26.513.000,00</b>			



ESTADO DA PARAIBA  
**Prefeitura Municipal de Sertãozinho**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
I.a - RECEITAS  
Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

Receita Tributária	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado, evidenciando o esforço que o município fará para incrementar sua receita própria.	2017	163.920,47	
	2018	306.789,40	87,16%
	2019	455.900,00	48,60%
	2020	474.000,00	3,97%
	2021	477.000,00	0,63%
	2022	517.000,00	8,39%

Impostos	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado, onde o aumento gradual e constante previsto para a receita de impostos provém da expectativa da continuidade na política de intensificação de fiscalização tributária municipal.	2017	148.295,91	
	2018	301.610,57	103,38%
	2019	442.100,00	46,58%
	2020	459.700,00	3,98%
	2021	462.000,00	0,50%
	2022	498.000,00	7,79%

Taxas	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2017	15.624,56	
	2018	5.178,83	-66,85%
	2019	13.800,00	166,47%
	2020	14.300,00	3,62%
	2021	15.000,00	4,90%
	2022	19.000,00	26,67%

Receita de Contribuições	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2017	1.131.404,81	
	2018	1.382.915,91	22,23%
	2019	1.564.100,00	13,10%
	2020	1.596.000,00	2,04%
	2021	1.670.000,00	4,64%
	2022	1.710.000,00	2,40%

Receita Patrimonial	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2017	1.052.813,39	
	2018	848.097,65	-19,44%
	2019	990.900,00	16,84%
	2020	1.014.000,00	2,33%
	2021	1.064.000,00	4,93%
	2022	1.210.000,00	13,72%

Transferências da União	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A evolução desta receita tem apresentado uma performance bastante positiva, sempre acima dos índices de inflação e crescimento da economia. A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2017	10.414.824,70	
	2018	11.019.205,35	5,80%
	2019	14.010.200,00	27,14%
	2020	14.570.000,00	4,00%
	2021	15.108.000,00	3,69%
	2022	15.505.000,00	2,63%



ESTADO DA PARAIBA  
**Prefeitura Municipal de Sertãozinho**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
I.a - RECEITAS  
Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

Transferencias dos Estados	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2017	1.963.097,29	
	2018	2.266.767,53	15,47%
	2019	2.573.000,00	13,51%
	2020	2.675.000,00	3,96%
	2021	2.758.000,00	3,10%
	2022	2.990.000,00	8,41%

Transferencias Multigovernamentais	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- O aumento gradual e constante previsto para esta transferência advém da expectativa da continuidade da política voltada a permanência e consequente aumento no número de alunos matriculados para os próximos exercícios.	2017	3.012.336,90	
	2018	3.745.523,38	24,34%
	2019	3.750.900,00	0,14%
	2020	3.900.000,00	3,98%
	2021	4.295.000,00	10,13%
	2022	4.732.000,00	10,17%

Transferencias de Convenios da Uniao	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2017	342.445,00	
	2018	416.508,48	21,63%
	2019	2.200.000,00	428,20%
	2020	2.260.000,00	2,73%
	2021	2.350.000,00	3,98%
	2022	2.500.000,00	6,38%

Outras Receitas Correntes	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado.	2017	21.131,89	
	2018	17.043,48	-19,35%
	2019	53.500,00	213,90%
	2020	65.000,00	21,50%
	2021	70.000,00	7,69%
	2022	75.000,00	7,14%





ESTADO DA PARAIBA  
**Prefeitura Municipal de Sertãozinho**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II - DESPESAS  
Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	EXECUTADA			ORÇADA	PREVISÃO	
	2017	2018	2019		2020	2021
DESPESAS CORRENTES (I)	14.662.667,50	15.886.841,35	17.438.700,00	18.143.000,00	18.801.000,00	19.323.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	9.359.380,81	10.062.501,96	10.066.450,00	10.269.000,00	10.495.000,00	10.720.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Outras Despesas Correntes	5.303.286,69	5.824.339,39	7.372.250,00	7.864.000,00	8.296.000,00	8.593.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	213.174,66	727.757,29	4.164.300,00	4.277.000,00	4.620.000,00	5.390.000,00
Investimentos	131.563,19	583.101,08	3.824.300,00	3.977.000,00	4.060.000,00	4.650.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	100.000,00	100.000,00
Amortização Financeira	81.611,47	144.656,21	340.000,00	300.000,00	460.000,00	640.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	-	-	1.507.000,00	1.550.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00
TOTAL (IV)=(I+II+III)	14.875.842,16	16.614.598,64	23.110.000,00	23.970.000,00	25.121.000,00	26.513.000,00



ESTADO DA PARAIBA  
**Prefeitura Municipal de Sertãozinho**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II.a - DESPESAS  
Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>Metas Anuais</b>	<b>Valor Nominal - R\$</b>	<b>Variação %</b>
- o aumento do volume de despesas se deve a fatos como o reajuste salarial dos servidores da ativa e proventos de aposentadoria dos inativos, respeitado os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.	2017	9.359.380,81	
	2018	10.062.501,96	7,51%
	2019	10.066.450,00	0,04%
	2020	10.269.000,00	2,01%
	2021	10.495.000,00	2,20%
	2022	10.720.000,00	2,14%

<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>Metas Anuais</b>	<b>Valor Nominal - R\$</b>	<b>Variação %</b>
- O pagamento de juros e encargos da dívida em patamares relativamente constante demonstra o empenho do município de honrar com seus compromissos.	2017	-	
	2018	-	
	2019	-	#DIV/0!
	2020	10.000,00	#DIV/0!
	2021	10.000,00	0,00%
	2022	10.000,00	0,00%

<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>Metas Anuais</b>	<b>Valor Nominal - R\$</b>	<b>Variação %</b>
- A projeção foi realizada considerando o cenário macroeconômico apresentado, evidenciando as necessidades do município em manter os serviços públicos disponibilizados a população e a manutenção administrativa, respeitando-se o equilíbrio entre as receitas e despesas	2017	5.303.286,69	
	2018	5.824.339,39	9,83%
	2019	7.372.250,00	26,58%
	2020	7.864.000,00	6,67%
	2021	8.296.000,00	5,49%
	2022	8.593.000,00	3,58%

<b>Investimentos</b>	<b>Metas Anuais</b>	<b>Valor Nominal - R\$</b>	<b>Variação %</b>
- A projeção provém da expectativa esperada dos recursos oriundos de transferências de capital em convênio com a união mais as contra-partidas devidas pelo município e os investimentos exclusivamente de recursos próprios.	2017	131.563,19	
	2018	583.101,08	343,21%
	2019	3.824.300,00	555,86%
	2020	3.977.000,00	3,99%
	2021	4.060.000,00	2,09%
	2022	4.650.000,00	14,53%

<b>Inversões Financeiras</b>	<b>Metas Anuais</b>	<b>Valor Nominal - R\$</b>	<b>Variação %</b>
- A projeção advém da necessidade de suprir a administração com a aquisição de prédios públicos para a ampliação de suas instalações..	2017	-	
	2018	-	
	2019	-	
	2020	-	
	2021	100.000,00	#DIV/0!
	2022	100.000,00	0,00%

<b>Amortização da Dívida</b>	<b>Metas Anuais</b>	<b>Valor Nominal - R\$</b>	<b>Variação %</b>
- A previsão de amortização da dívida demonstra o empenho do município de honrar seus compromissos.	2017	81.611,47	
	2018	144.656,21	
	2019	340.000,00	135,04%
	2020	300.000,00	-11,76%
	2021	460.000,00	53,33%
	2022	640.000,00	39,13%



ESTADO DA PARAIBA  
**Prefeitura Municipal de Sertãozinho**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II.a - DESPESAS  
Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
- Projetado a reserva em conformidade com o artigo 17 da presente lei.	2017	-	
	2018	-	
	2019	1.507.000,00	
	2020	1.550.000,00	2,85%
	2021	1.700.000,00	9,68%
	2022	1.800.000,00	5,88%





ESTADO DA PARAIBA

Prefeitura Municipal de Sertãozinho

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO - Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	15.845.357,52	17.545.478,22	20.856.000,00	21.650.000,00	22.711.000,00	23.948.000,00
Receita Tributária	163.920,47	306.789,40	455.900,00	474.000,00	477.000,00	517.000,00
Receita de Contribuições	1.131.404,81	1.382.915,91	1.564.100,00	1.596.000,00	1.670.000,00	1.710.000,00
Receita Patrimonial	1.052.813,39	848.097,65	990.900,00	1.014.000,00	1.064.000,00	1.210.000,00
Aplicações Financeiras (II)	952.644,00	802.630,00	896.000,00	916.000,00	992.000,00	1.120.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	100.169,39	45.467,65	94.900,00	98.000,00	72.000,00	90.000,00
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	13.497.218,85	15.007.675,26	17.845.100,00	18.566.000,00	19.500.000,00	20.511.000,00
Transferências Intergovernamentais	12.377.921,99	13.285.972,88	16.583.200,00	17.245.000,00	17.866.000,00	18.495.000,00
Transferências da União	10.414.824,70	11.019.205,35	14.010.200,00	14.570.000,00	15.108.000,00	15.505.000,00
Transferências do Estado	1.963.097,29	2.266.767,53	2.573.000,00	2.675.000,00	2.758.000,00	2.990.000,00
Transferências Multigovernamentais	3.012.336,90	3.745.523,38	3.750.900,00	3.900.000,00	4.295.000,00	4.732.000,00
Outras Receitas Correntes	21.131,89	17.043,48	53.500,00	65.000,00	70.000,00	75.000,00
(-) Deduções da Receita Corrente	(1.914.171,93)	(2.040.864,48)	(2.542.500,00)	(2.644.000,00)	(2.731.000,00)	(2.791.000,00)
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)</b>	14.892.713,52	16.742.848,22	19.960.000,00	20.734.000,00	21.719.000,00	22.828.000,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	342.445,00	416.508,48	2.254.000,00	2.320.000,00	2.410.000,00	2.565.000,00
Operações de crédito (V)	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-
Alienações de Bens (VI)	-	-	54.000,00	60.000,00	60.000,00	65.000,00
Transferências de Convênios	342.445,00	416.508,48	2.200.000,00	2.260.000,00	2.350.000,00	2.500.000,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)</b>	342.445,00	416.508,48	2.200.000,00	2.260.000,00	2.350.000,00	2.500.000,00
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LIQUIDAS) (IX) = (III + VIII)</b>	15.235.158,52	17.159.356,70	22.160.000,00	22.994.000,00	24.069.000,00	25.328.000,00
<b>RECEITA TOTAL</b>	16.187.802,52	17.961.986,70	23.110.000,00	23.970.000,00	25.121.000,00	26.513.000,00
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	14.662.667,50	15.886.841,35	17.438.700,00	18.143.000,00	18.801.000,00	19.323.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	9.359.380,81	10.062.501,96	10.066.450,00	10.269.000,00	10.495.000,00	10.720.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	-	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Outras Despesas Correntes	5.303.286,69	5.824.339,39	7.372.250,00	7.864.000,00	8.296.000,00	8.593.000,00
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)</b>	14.662.667,50	15.886.841,35	17.438.700,00	18.133.000,00	18.791.000,00	19.313.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	213.174,66	727.757,29	4.164.300,00	4.277.000,00	4.620.000,00	5.390.000,00
Investimentos	131.563,19	583.101,08	3.824.300,00	3.977.000,00	4.060.000,00	4.650.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	100.000,00	100.000,00
Amortização Financeira (XIV)	81.611,47	144.656,21	340.000,00	300.000,00	460.000,00	640.000,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)</b>	131.563,19	583.101,08	3.824.300,00	3.977.000,00	4.160.000,00	4.750.000,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	-	-	1.507.000,00	1.550.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LIQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)</b>	14.794.230,69	16.469.942,43	22.770.000,00	23.660.000,00	24.651.000,00	25.863.000,00
<b>DESPA TOTAL</b>	14.875.842,16	16.614.598,64	23.110.000,00	23.970.000,00	25.121.000,00	26.513.000,00
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)</b>	440.927,83	689.414,27	(610.000,00)	(666.000,00)	(582.000,00)	(535.000,00)



ESTADO DA PARAIBA  
**Prefeitura Municipal de Sertãozinho**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 IV - RESULTADO NOMINAL  
 Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2017 (b)	2018 (c)	2019 (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.760.751,14	2.968.357,89	2.501.220,88	2.241.308,77	1.837.873,19	1.507.056,02
DEDUÇÕES (II)						
Ativo Disponível	8.309.304,18	11.206.461,35	9.020.000,00	9.150.000,00	9.365.000,00	9.475.000,00
Haveres Financeiros	8.534.791,77	11.431.948,94	9.200.000,00	9.300.000,00	9.500.000,00	9.600.000,00
(-) Restos a Pagar	(225.487,59)	(225.487,59)	20.000,00 (200.000,00)	30.000,00 (180.000,00)	35.000,00 (170.000,00)	35.000,00 (160.000,00)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(6.548.553,04)	(8.238.103,46)	(6.518.779,12)	(6.908.691,23)	(7.527.126,81)	(7.967.943,98)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
Dívida Fiscal Líquida ( III + IV - V )	(6.548.553,04)	(8.238.103,46)	(6.518.779,12)	(6.908.691,23)	(7.527.126,81)	(7.967.943,98)
RESULTADO NOMINAL	(b-a*) (9.599.800,44)	(c-b) (1.689.550,42)	(d-c) 1.719.324,34	(e-d) (389.912,11)	(f-d) (618.435,58)	(g-f) (440.817,17)

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normalizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.





ESTADO DA PARAIBA  
**Prefeitura Municipal de Sertãozinho**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA  
Art. 4º, 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>						
Dívida Mobiliária	1.760.751,14	2.968.357,89	2.501.220,88	2.241.308,77	1.837.873,19	1.507.056,02
Outras Dívidas	1.469.070,92	2.238.913,55	1.903.076,52	1.750.830,40	1.435.680,92	1.177.258,36
	291.680,22	729.444,34	598.144,36	490.478,37	402.192,27	329.797,66
<b>DEDUÇÕES (II)</b>						
Ativo Disponível	8.309.304,18	11.206.461,35	9.020.000,00	9.150.000,00	9.365.000,00	9.475.000,00
Haveres Financeiros	8.534.791,77	11.431.948,94	9.200.000,00	9.300.000,00	9.500.000,00	9.600.000,00
(-) Restos a Pagar	-	-	20.000,00	30.000,00	35.000,00	35.000,00
	(225.487,59)	(225.487,59)	(200.000,00)	(180.000,00)	(170.000,00)	(160.000,00)
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>(6.548.553,04)</b>	<b>(8.238.103,46)</b>	<b>(6.518.779,12)</b>	<b>(6.908.691,23)</b>	<b>(7.527.126,81)</b>	<b>(7.967.943,98)</b>